O URBANO NA AMAZÔNIA E AS CONSEQÜÊNCIAS AMBIENTAIS[1]

THE URBAN PHENOMENON IN AMAZONIA AND ITS ENVIRONMENTAL SEQUELS

Miguel Angelo Campos Ribeiro[2]

> *"Reconhecemos que a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional estão indissoluvelmente ligados, e que nenhum desses problemas fundamentais pode ser resolvido isoladamente. Venceremos ou fracassaremos juntos"*
> *(Making common cause, NGOS in Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, "Nosso futuro comum", 1988:48)*

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar o processo de urbanização na Amazônia e sua implicação na qualidade ambiental.

O urbano é focado com base em dois aspectos. O primeiro refere-se a sua dimensão em função do crescimento e aumento do número de cidades, comparando dois momentos distintos: o ano de 1991, relativo ao último recenseamento geral e o ano de 1960, que marca o início das grandes transformações que vieram a ocorrer na Amazônia. O segundo aspecto a ser focado está atrelado à questão Sociedade/Natureza procurando-se

[1] O autor expressa agradecimentos aos geógrafos João Baptista Ferreira de Mello, no que se refere às discussões, trocas de idéias e leitura crítica na elaboração deste artigo, e a Carlos Alberto Franco da Silva, pela leitura do texto final, pelas valiosas sugestões e críticas. As eventuais imperfeições verificadas e conceitos emitidos são de inteira responsabilidade do autor.

[2] Pesquisador Titular do Departamento de Geografia, IBGE e Doutorando do Departamento de Geografia, UFRJ.

analisar o urbano e a qualidade ambiental sob a ótica do saneamento básico, priorizando o sistema de abastecimento de água. Esta é a questão que guarda as relações mais estreitas com o ambiente e o desenvolvimento, com influência direta sobre a população.

Palavras Chave: Amazônia — questão urbana — qualidade ambiental — saneamento básico

ABSTRACT: The present paper analyses the urbanization process in Amazonia and its implications on environment.

The urban is viewed under two different aspects: The first one relates to urban dimension, taking in to account the growth and increasing number of cities, through the comparison of two different historic moments: the year 1991, that of the latest general Census; and year 1960, which marks the beginning of the big transformations which occurred in Amazonia. The second aspect to be analyzed is linked to Society/Nature question — urban and environmental quality as expressed by the provision of basic sanitation, in which much importance is given to water supply. This question is the one which has the closest relations both with environment and development, with direct influence on population.

Key words: Amazonia — urban question — environmental quality — basic sanitation

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O informe da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, "Nosso futuro comum" (1988: 47) alerta que um desenvolvimento sustentável é aquele em que todos os grupos sociais tenham atendidas suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor. As necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável busca a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar. Portanto, a qualidade de vida é um conceito central da problemática do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável e representa algo mais que um "nível de vida" privado. Exige, entre outros elementos, a máxima disponibilidade de infraestrutura social e pública para atuar em benefício

do bem comum e para manter o meio ambiente sem maiores deteriorações e contaminação. Porém, qualidade de vida exige também um variado número de fatores relativos, a maior parte deles não quantificáveis conceitualmente, que contribuem a satisfação, os desejos e aspirações, além das necessidades humanas.

Eliminar a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos pobres rurais e urbanos é correto e urgente para os governos, agências internacionais e grupos de indivíduos com poder e recursos. Falar de direitos humanos (incluindo o direito à alimentação, um teto, à educação, à saúde, a economia formal, etc.), do meio ambiente, do apoio as democracias e a diversidade cultural, tem maior sentido quando se faz em um contexto humano. Os problemas urbanos não tem recebido a atenção que merecem por parte dos governos nacionais e das agências bi e multilaterais.

Tal como foi reconhecido expressamente no Informe Bruntland, a pobreza causa deterioração ambiental, tanto no meio rural como no urbano. No meio rural, a ocupação das melhores terras por aqueles que detêm os meios de produção e a tecnologia para sua exploração negam aos mais pobres essas mesmas terras, que terminam por ocupar as piores. Ao nível das cidades a localização dos pobres, que carecem de infra-estrutura urbana adequada e de moradias satisfatórias, aumenta a contaminação por dejetos humanos que deterioram o meio ambiente.

O problema da pobreza na expressão de Davidovich (1993:14) "impõe-se, portanto, na questão ambiental, dadas as proporções que tem alcançado, sobretudo em países do Terceiro Mundo". A autora, (op. cit.: 19) ainda argumenta que

> É preciso, porém, observar que a vertente urbana não se limita a considerar as injunções ecológicas expressas na necessidade de atender à melhoria das condições de vida no espaço intra-urbano, compreendendo provimento de habitação, saneamento básico, transporte, combate à poluição e assim por diante. O que se está procurando assumir é que problemas afetos à conformação espacial do conjunto urbano e à cidadania convergem para desafios de planejamento e gestão, constituindo, igualmente, componentes da questão ambiental.

Diante dos fatos expostos, este artigo tem por referência a análise da questão ambiental urbana na Amazônia vista sob a ótica do saneamento básico. Está pautado no conceito central de qualidade de vida, do qual apropriou-se daquele utilizado por Egler (1994:18) que destaca ¾ "*a disponibilidade máxima de infraestrutura social e pública para atuar em benefício do bem comum que contribua a satisfação das necessidades humanas básicas e para manter o meio ambiente sem maior deterioração e contaminação.*" Para o autor, o conceito de qualidade de vida deve considerar não só dados demográficos, mas também os de acesso as fontes de rendimentos, como a terra e o emprego, e os serviços básicos ¾ educação, saúde, habitação, disponibilidade de água potável e esgotamento sanitário. O estudo de caso que se apresenta no momento tem como recorte espacial a Amazônia[3] sendo selecionadas duas variáveis que dessem conta do problema ambiental ¾ a dimensão urbana, vista em função do crescimento e aumento do tamanho e do número de cidades (sedes municipais) e a estrutura de saneamento básico (água encanada e esgotamento sanitário) ¾ oferta e qualidade de abastecimento. As duas variáveis estão atreladas e conseqüentemente a qualidade de vida das populações da Amazônia apresenta acelerada deterioração em decorrência do rápido crescimento urbano e ineficiência das políticas sociais de saneamento básico.

No caso da Amazônia e mais especificamente quando se trata do urbano, para se atingir o desenvolvimento responsável é preciso criar condições mínimas de existência para tais populações, correspondentes à conquista da cidadania em todas as suas dimensões e de um salto para a eficácia com base na informação e na tecnologia procurando passar da instabilidade a uma relativa estabilidade do povoamento, implicando melhorias na qualidade de vida.

---

[3] Considera-se para efeito de análise a Amazônia Legal, constituída pelas unidades da federação pertencentes à Região Norte (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá); Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás, até o paralelo 13° S.) e Nordeste (Maranhão, até o meridiano de 44° W, de Greenwich).

A situação a ser analisada remete-se ao ambiente visto como um problema complexo e relacional. Isso porque, não se pode pensar em um desenvolvimento para a Amazônia, desprovido do aparelhamento dos núcleos urbanos e da afirmação da cidadania, ou, do mesmo modo, esquecer da diversidade de "Amazônias" encontradas e, naturalmente, com questões e problemáticas distintas que requerem soluções diferenciadas.

Na realidade, o processo de ocupação desencadeado a partir do final da década de 60 na Amazônia trouxe como uma das conseqüências dentre os problemas ambientais, o crescimento urbano acelerado com mínimas condições infra-estruturais ¾ habitação, esgoto, água, etc. ¾ absorvendo mais da metade da população regional que vive nos núcleos urbanos. Tal situação expressa em indicadores sociais extremamente desfavoráveis, será abordada de forma muito sucinta, através do descompasso entre a oferta dos serviços de abastecimento e tratamento da água e do esgotamento sanitário, diante do crescimento acelerado das cidades.

PARA SE ENTENDER O CRESCIMENTO ACELERADO DOS NÚCLEOS URBANOS NA AMAZÔNIA E O DESCOMPASSO ENTRE A OFERTA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

O processo de urbanização na Amazônia, a partir do final dos anos 60, está ligado, de modo geral, à apropriação capitalista da fronteira, intensificada pela atuação sucessiva de medidas oficiais, tais como: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), Programa Grande Carajás (PGC) e, principalmente, a implantação dos grandes projetos incentivados pela SUDAM que, atrelados a outros fatos importantes como a criação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967, com funcionamento a partir de 1972 e o estabelecimento de uma infra-estrutura de grandes eixos, calcada no sistema rodoviário, garantiram a viabilização dos Programas propostos.

Os fatos que se verificaram na Amazônia estão atrelados ao II PND (1975-79) que impõe no território nacional uma poderosa malha de duplo controle: técnico e político ¾ correspondendo aos programas e projetos

governamentais e de empresas públicas e privadas ¾ a que Becker (1992:132) chamou de "malha programada". Para a autora são as estratégias de urbanização dos pólos de crescimento e de ocupação na Amazônia que melhor se observam os elementos constituintes desta "malha programada", sendo que a rede urbana foi transformada na principal base logística da acelerada modernização.

Na concepção de Becker (1990:52), a urbanização da Amazônia manifesta-se em duas dimensões:

a) do espaço social, referente a um modo de integração econômica;

b) do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos.

A autora (1990:53-55) coloca, ainda, três situações para explicar o papel dos núcleos urbanos na fronteira. A primeira, diz respeito ao poderoso fator de atração dos migrantes, enfatizado nas várias políticas postas em prática. A segunda, refere-se ao núcleo urbano como base da organização do mercado de trabalho, atuando como pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho; e, a terceira, atribui-lhe o papel de "locus" da ação político-ideológica do Estado.

A urbanização vem sendo o elemento-chave dessa estratégia de ocupação promovida pelo Estado, pelo capital nacional e internacional, que se traduz numa valorização seletiva dos lugares. Tal urbanização assume formas peculiares que se manifestam no crescimento da população urbana, no aumento do tamanho e do número de cidades, assim como vem alterando e redefinindo a funcionalidade dos centros na rede urbana da Região.

A metodologia empregada na escolha das cidades e vilas no universo selecionado, para a análise do urbano na Amazônia, tomou por base, de acordo com o critério político-administrativo do IBGE, as cidades[4] e

[4] Localidades com o mesmo nome do município ao qual pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios da capital.

vilas[5] que, em 1991, registraram população igual ou superior a 5.000 habitantes (Ribeiro, 1994).

Em 1991, segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (IBGE), a população urbana correspondia a 55,2% da população total da Amazônia, enquanto o País acusava taxa de 75,5%. No que diz respeito somente à população urbana registrada nas sedes municipais, esse percentual alcança 51,3% contra 67,0% do Brasil. À guisa de comparação, para o ano de 1960, enquanto o País acusava taxa de 45,1% de população urbana, a Região não atingia 30,0% de seu efetivo populacional em cidades e vilas, sendo que nas sedes municipais viviam apenas 26,5% contra 40,2% da taxa nacional.

Nas últimas três décadas houve um gradativo aumento da população urbana na Amazônia; tendência esta que acompanhou a própria dinâmica da urbanização brasileira, como pode ser compreendido quando compara-se os três períodos censitários relativos a 60/70, 70/80 e 80/91, no que se refere às taxas anuais de crescimento da população urbana nas sedes municipais, como segue:

1. A Amazônia registrou taxas superiores às do Brasil; e

2. O período de maior crescimento foi o de 70/80, com percentual de 90,2%, enquanto o Brasil acusava 51,9%. Segue-se o período 80/91 com 83,7%, enquanto o Brasil registrava 38,6%.

Em relação às taxas de crescimento da população urbana na Amazônia, os resultados verificados podem ser explicados por um conjunto de ações governamentais que visaram estimular a ocupação maciça do território, seja via projetos de colonização como os que se viabilizaram no Pará, Mato Grosso e Rondônia; via grandes projetos agropecuários, como aqueles desenvolvidos no Tocantins, Mato Grosso e Pará; ou mesmo pelo fortalecimento da industrialização e/ou

[5] Localidades com o mesmo nome do distrito ao qual pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.

comercialização de produtos extrativos minerais, beneficiados ou não, que se alocaram em pontos diversos do território amazônico. Dentre os projetos minerais, à guisa de exemplificação pode-se mencionar: o de Carajás, no município de Marabá (sudeste do Pará), com a exploração do ferro; a exploração das jazidas de bauxita, em Oriximiná, no noroeste do Pará; a exploração da cassiterita, em Presidente Figueiredo, no Amazonas e nas proximidades de Porto Velho, em Rondônia (Ribeiro, 1992).

O crescimento demográfico verificado na Amazônia, no decorrer desses trinta anos apresentou porém, um aspecto inusitado. Segundo Martine (1989:29), *"embora tenha sido basicamente impulsionado, nas suas raízes, pela expansão da fronteira agrícola, observa-se que a maior parte desse crescimento populacional ocorreu, de fato, nas cidades"*.

Quanto ao tamanho e número de cidades da Amazônia, pode-se afirmar que houve um aumento gradativo a partir dos anos 60, assim sendo, em 1991, a Região agregava 264 cidades das quais 106 alocadas na classe de população de 5.000 a 9.999 habitantes. No entanto, 11 cidades apresentaram população superior a 100.000 e 13 na classe de 50.000 a 99.999 habitantes. Há uma concentração desses núcleos urbanos em apenas três das unidades federadas da Amazônia: o Pará, o Maranhão, seguidos de Mato Grosso, com percentuais da ordem de 24,2%, 24,2% e 17,0%, respectivamente, do total das cidades existentes na Região.

As cidades e vilas com população igual ou superior a cem mil habitantes, na Amazônia, concentram-se nas oito capitais regionais (exceção à Palmas, capital do Tocantins, não incluída no grupo), com 3.526.916 residentes, correspondendo a 38,8% da população urbana. Cabe destacar a participação das vilas de Icoraci, localizada no município de Belém e Coxipó da Ponte, situada em Cuiabá. Ainda formam o grupo as cidades de Imperatriz (MA), Santarém e Marabá (PA). O conjunto representa 48,8% da população urbana, perfazendo 4.428.944 residentes.

A distribuição dos núcleos urbanos na Amazônia apresenta duas características, segundo Machado (1993:88). Uma refere-se à "condensação" dos núcleos urbanos novos no sudeste do Pará, norte de Mato Grosso, centro-sul de Rondônia e norte do Tocantins, estreitamente

vinculada à presença da rede viária, que viabiliza a implantação de diferentes projetos econômicos. A outra prende-se ao crescimento diferenciado dos núcleos tradicionais localizados ao longo da rede fluvial, que acompanharam as transformações verificadas na Região, dependendo de sua localização. Cabe referência aos centros que apresentaram crescimento populacional representativo, aqui exemplificado por Manaus, em decorrência da implantação da Zona Franca e por Boa Vista, em função da atividade garimpeira, em comparação àqueles que permaneceram à margem das transformações verificadas como, por exemplo, os núcleos localizados na área de domínio extrativista da Amazônia Ocidental.

Atualmente, o crescimento da população urbana e o aumento do tamanho e do número de cidades e vilas, na Amazônia, já atuam como elementos de pressão sobre o meio ambiente, não somente no sentido de se constituir em mais um fator de disputa pelo uso do território, como também por desestruturar, pelo êxodo rural, sistemas sócio-econômicos longamente adaptados aos ecossistemas da Região.

URBANIZAÇÃO: CONSEQÜÊNCIAS E IMPASSES NA QUESTÃO AMBIENTAL. A QUESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

Quando se trata da sociedade na Amazônia deve-se enfatizar a vertente urbana da questão ambiental, pois é na cidade que vivem mais de 50,0% do contingente populacional dessa Região, os quais sofrem os efeitos dos danos ao meio ambiente. Tais danos são, na verdade, agressões infligidas à comunidade que vive nesses núcleos urbanos e estão ligados a problemas críticos de habitação, saneamento e transporte público. O rápido crescimento urbano e a ineficiência das políticas sociais convergiram para a acelerada deterioração da qualidade de vida dessas populações. Em conseqüência do processo de ocupação, caótico e muitas vezes inadequado aos padrões vigentes da qualidade de vida, seus problemas ambientais mais graves, confluíram, também, para um espaço urbano, praticamente desprovido de infra-estrutura de habitação, rede

de esgoto, água etc. O espaço urbano sofre modificações rápidas de seu meio, sem atender as principais necessidades das populações que aí se aglomeram, caso exemplificado pela cidade de Manaus com a transformação dos igarapés em valões, levando a degradação do meio ambiente urbano, comprometendo sua rede de drenagem, como também, as populações que ali sobrevivem sem as mínimas condições de salubridade. Como lembra Figueiredo (1993:148),

> Se o inchamento das capitais e dos centros regionais abriga grande parte dos excluídos do crescimento regional, as pequenas cidades, vilas, lugarejos e corrutelas surgidos no rastro de 'company towns', da colonização agrícola, de frentes mineradoras e de garimpagem, enfim, da expansão da fronteira, são também, manifestações caóticas do urbano nessa área e pontos críticos de sua crise ambiental.

A pobreza urbana verificada nos centros urbanos da Amazônia, na maior parte dos casos, e apropriando-se das idéias de Harvey (1980:266), é resultante da "*pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano*".

Outro fato que caracteriza o fenômeno de inchamento das cidades é o "padrão periférico de urbanização", que se refere ao modelo de expansão das periferias, fenômeno nacional, definindo-se, também, nas cidades da Amazônia, formando, assim, verdadeiros bolsões de miséria, o que confirma ser o espaço urbano, segregado e diferenciado.

A segregação social das camadas populares de menor renda, a auto-construção das moradias, as invasões, a expansão das favelas e a precariedade nas condições de consumo coletivo são apontadas como definidoras deste "padrão periférico de urbanização" no interior dos núcleos urbanos. A periferia nasce pobre e o exemplo mais recente remete-se à cidade de Palmas, onde ocorre uma verdadeira espoliação urbana, pois às camadas mais pobres da população não são reservados o direito e o acesso aos serviços de consumo coletivo apesar de seu planejamento. Aos pobres ¾ como frisam Ribeiro e Lago (1992:157) ¾ "*é cada vez mais vedado e controlado o acesso à moradia nos núcleos. Ficam-lhes, portanto, vedadas as vantagens do morar em lugares bem servidos por infra-estrutura básica, equipamentos e serviços urbanos*"; apesar que a estrutura de sanamento básico (água encanada e esgoto)

seja ¾ como lembram Schmidt e Farret (1986) ¾ fundamental para a existência e reprodução da população. A inexistência e/ou seu acesso restrito é fator crucial na determinação de doenças endêmicas e para Schmidt e Farret (op.cit.: 52)

> a contaminação do lençol freático pelas fossas negras, tão comum na maioria das áreas urbanas pobres, é a responsável principal pela existência de 'ondas de desidratação' que assolam as cidades (...). A mortalidade infantil urbana é, em grande parte, decorrência dessa situação dramática. E o saneamento básico está diretamente ligado a este triste fenômeno.

No que tange à abordagem do tema saneamento básico não se pode deixar de fazer referência às políticas públicas em nível nacional, implementadas na década de 70, através do PLANASA ¾ Plano Nacional de Saneamento (Castelo Branco & O'Neill, 1993 e Cynamon et alii, 1992). Este órgão, criado, em 1971, pelo extinto BNH (Banco Nacional de Habitação), implantou uma política de âmbito nacional para o provimento dos serviços de água e esgotos. No período de 1971 a 1984, foram observadas acentuadas desigualdades na distribuição desses recursos. Todavia, na década de 80, o serviço de abastecimento de água encanada foi desproporcional àquele ligado ao serviço de coleta de esgoto, acarretando, assim, condições altamente poluidoras ao meio ambiente. Verifica-se, portanto, que as metas adotadas pelo PLANASA, quanto à distribuição, qualidade e tipo de tratamento dos serviços básicos de água e esgoto, não ocorrem de modo igualitário dentro do contexto nacional, apesar que entidades e associações ligadas ao setor, partissem do consenso de que deveriam estar incluídas na agenda de intervenções entre outras, a preocupação com o crescimento da atenção aos esgotos sanitários, a drenagem urbana, a proteção dos mananciais e do meio, a gestão dos recursos hídricos e o controle de cheias, mostrando o aumento das preocupações com os problemas ambientais (Cynamon, 1992).

As metas brasileiras adotadas pelo PLANASA para o decênio (1980-1990) foram as de atender, no mínimo 90,0% da população urbana com serviços de abastecimento de água e pelo menos 65,0% da população urbana com serviços adequados de esgotos sanitários (Portaria nº 140, de 24 de dezembro de 1981).

Segundo Cynamon (op. cit.:162) as metas empreendidas pelo PLANASA como proposta de auto-sustentação

> levou o Plano a preconizar seu início pelos sistemas de maior e mais rápido retorno. Uma das conseqüências dessa estratégia foi a priorização das intervenções em abastecimento de água em detrimento dos esgotos sanitários, e das áreas mais desenvolvidas, deixando, em segundo plano, as de menor porte; como conseqüência, foi dificultada a possibilidade de uma ação integrada água/esgoto.

Nas áreas mais pobres do País, a exemplo da Amazônia, persistem as grandes deficiências em questão, tornando-se um elemento a mais na caracterização do quadro de precariedade das condições sócio-ambientais urbanas. Para Castello Branco & O'Neill (op. cit.:98)

> as políticas públicas adotadas, especificamente no caso do PLANASA, não atingiram os objetivos propostos, mesmo decorrido lapso de tempo superior ao das metas, acrescido do fato de atualmente sequer haver uma ação coordenada em termos de política pública para o setor.

Isso pode ser verificado, através dos resultados obtidos para a análise dos dados referentes a 1989 para a Amazônia, os quais revelam situação crítica quanto à oferta do serviço de abastecimento e tratamento convencional de água[6] e do esgoto sanitário para o conjunto urbano selecionado, além da profunda desigualdade na sua distribuição espacial, tanto no que se refere ao número de cidades contempladas, como também à qualidade e tipo de tratamento desses serviços.

A população desassistida pelo serviço de abastecimento de água, corresponde a cerca de 40,0% da população urbana. No tocante ao tratamento convencional, 66 núcleos urbanos (24,3%) apresentaram tratamento completo de água enquanto a rede de esgoto sanitário está

[6] Tratamento convencional completo ¾ quando a água bruta passa por tratamento completo em ETA antes de ser distribuída à população. Uma ETA compõe-se basicamente de casa de química, grades, floculadores, decantadores, filtros, correção de pH, desinfecção (cloração) e fluoretação (IBGE, 1989:23).

presente em somente 21, ou seja, 7,7%. Os resultados obtidos são explicados em decorrência do custo de instalação desses serviços, pois, no caso do abastecimento de água, este item é, na realidade, menos oneroso, consequentemente, de um modo geral, mais eficiente em sua distribuição e qualidade que os de esgotamento sanitário.

O conjunto urbano, sem atendimento, representado por somente 9,9%, ou seja, em número de 27, apresenta um quadro crítico, pois mais de 90,0% da população que vivem nesses centros é desassistida pelo abastecimento de água. Esses núcleos urbanos encontram-se, principalmente, no sudeste do Pará, em Ananindeua (Região Metropolitana de Belém), na área da Bragantina; no sudoeste e interior do Maranhão e núcleos próximos à aglomeração de São Luís; no norte de Mato Grosso; em grande parte dos núcleos urbanos do Tocantins e, finalmente, em Rondônia, ao longo da BR-364. De modo geral, esses espaços correspondem às áreas de ocupação mais recentes da Amazônia, onde a concentração urbana está ligada ao fenômeno migratório, exceção feita ao interior do Maranhão.

Os núcleos desassistidos pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário, geralmente, estão representados pelas cidades mais recentes e de tamanho menor, além de terem recebido maior contingente de migrantes, resultado dos diferentes tipos de projetos neles existentes, que em decorrência atraem mão-de-obra. O aumento do contingente populacional nesses núcleos urbanos atua como elemento de pressão e descompasso no tocante as condições de infra-estrutura e serviços urbanísticos.

A Amazônia apresenta um agravamento no déficit de abastecimento de água e no esgotamento sanitário, implicando, assim, em um problema sério no que diz respeito à qualidade ambiental. Ou seja, no Brasil de hoje e, particularmente, nos grandes núcleos urbanos da Amazônia, ocorre o mesmo fenômeno dos primeiros decênios deste século, na medida em que a carência da questão sanitária implica na degradação da vida das populações de

classes de renda mais baixas. Na realidade, as favelas[7] são o "locus" da iniquidade ao acesso a domicílios servidos por redes gerais de água e esgoto sanitário, configurando situações críticas de degradação ambiental, pelo comprometimento da qualidade de vida das populações que nelas habitam. Apesar das favelas predominarem nos grandes centros metropolitanos, universalizaram-se, disseminadas em núcleos urbanos de diferentes portes populacionais, sendo que para a Amazônia, apenas Acre, Roraima e Mato Grosso não registraram a presença de favelas, dentro das características conceituais estabelecidas pelo IBGE. No entanto, a Região em estudo registrou para 1991, um total de 82 favelas, representando para o conjunto do País apenas 2,5%. Apresenta um total estimado de 100.491 domicílios, correspondendo a 9,6% do total nacional, sendo habitada por 523.935 pessoas. Quanto à distribuição geográfica das favelas na Amazônia convém destacar a situação de Laranjal do Jari (PA); São José de Ribamar (MA); Belém (PA); Manaus (AM) e Ananindeua (PA) que representam o maior número de domicílios e população favelada em relação aos demais núcleos urbanos.

Os dados apresentados não refletem, contudo, toda a complexidade do quadro de pobreza urbana regional, em decorrência da rigidez do critério adotado para conceituar favela, sendo a situação real muito mais crítica do que indicam os dados. Em recente pesquisa de campo constatou-se a consolidação de extensos bolsões de miséria em Manaus, Porto Velho, São Luís e mesmo em Palmas, cidade planejada para ser capital do Tocantins.

Esse complexo de problemas vem comprometer o ambiente conduzindo à degradação das condições de existência dos segmentos populacionais excluídos.

---

[7] Segundo os critérios adotados pelo IBGE, considera-se favela a localidade de moradia com mais de 51 domicílios, com invasão ilegal do solo, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular). As favelas recebem denominações locais, tais como: habitação sub-normais, mocambos etc.

À GUISA DE CONCLUSÃO

O desenvolvimento sustentável, como paradigma de planificação, incorpora à dimensão ambiental, como um componente básico e primordial na elaboração do planejamento e de sua própria concepção, tendo como principais pontos de combate a pobreza, a apropriação de novas tecnologias e o conseqüente incremento da produtividade além do fortalecimento das estruturas orgânicas da sociedade. No caso brasileiro, um novo paradigma de desenvolvimento deve permitir uma profunda revisão das práticas atuais de incorporação do patrimônio natural, através de novas formas de organização social e de novos padrões de produção e consumo. Não se pode imaginar um novo padrão de desenvolvimento que possa ser ambientalmente sustentável, se não contiver soluções para os graves desequilíbrios provocados pelas situações de pobreza extrema e de iniqüidade sócio-econômica, que são marcas patentes da sociedade brasileira nesse final de milênio.

No caso da Amazônia, o processo de urbanização desencadeado nas últimas décadas, levou ao surgimento de novos núcleos urbanos e ao aumento do tamanho de alguns dos já existentes, o que está fortemente vinculado à natureza e intensidade dos investimentos feitos, quer pelo setor privado, quer pelo Estado, nos diferentes segmentos do espaço. Tal situação, que se verificou durante os últimos trinta anos, foi reflexo de uma política desenvolvimentista, que resultou na exploração dos recursos naturais, causando profundo desequilíbrio ao meio ambiente e tendo como forte expressão a cidade pois o espaço urbano passa a ser *"o ponto final dos fracassos e contradições da ocupação desordenada do território amazônico"* (Figueiredo,1993:148). A ausência do poder público na instalação e assistência de serviços sociais tem facilitado a precariedade da vida urbana, alicerçada pela deficiência generalizada de equipamentos sanitários.

O processo vertiginoso da urbanização, a falta de capacidade financeira das comunidades locais para arcar com os altos custos da instalação de tais serviços, aliado à ausência do poder público tem agravado as condições de vida nas concentrações urbanas. Assim,

segundo Figueiredo (1994), podem ser ressaltadas as seguintes situações articuladas entre si, em decorrência ao processo de urbanização desencadeado na Amazônia, nas últimas décadas:

1. descentralização urbana acompanhando o ritmo nacional, pela desaceleração do ritmo de crescimento (taxas relativas) dos grandes centros urbanos, como Manaus, Belém, São Luís e pelo crescimento da representatividade populacional das cidades pequenas e médias;

2. alta mobilidade da população associada às precárias condições de saneamento e habitação, e a insuficiência da cobertura dos serviços de saúde;

3. crescimento desordenado das cidades, com expulsão da população para as periferias urbanas e excluída do acesso da infra-estrutura básica de água, esgotamento sanitário e lixo;

4. urbanização de doenças anteriormente restritas às regiões rurais, e a presença de doenças antes desconhecidas e;

5. ruptura étnico-cultural e de conseqüente perda de identidade por parte de segmentos nativos longamente adaptados aos ecossistemas presentes.

Desse modo, a Amazônia de hoje, não pode ser pensada, sem uma reflexão sobre o quadro ambiental de suas cidades, pois nelas, residem grandes problemas, enfrentados por suas populações, muitas vezes, deixadas à própria sorte. Ao cidadão é oferecido o direito de viver com um mínimo de dignidade, fato este que não vem ocorrendo, pois a ele é vedado e controlado o acesso à moradia, à infra-estrutura básica e aos equipamentos e serviços urbanos.

Diante do quadro apresentado, duas questões para reflexão podem ser colocadas. No momento em que se vivencia a transição do Estado (natureza do mesmo), com novos atores sociais emergindo e novas parcerias se realizando ¾ e diante das circunstâncias encontradas ¾ como se pode promover um Modelo de Desenvolvimento ou que Modelo de Desenvolvimento se quer para o país e particularmente para a Amazônia? Como viabilizar um projeto para a Amazônia, no qual se aparelhe os

núcleos urbanos, e assegure a cidadania de suas populações inserindo-a na economia-mundo?

Em se tratando de uma situação tão complexa não existe, de imediato, uma receita, ou uma grande solução. Mas um novo modelo de desenvolvimento poderia se fundamentar, segundo Sachs (1992) e Becker (1992) partindo-se resumidamente dos seguintes princípios:

1. de uma nova racionalidade no uso dos recursos;

2. na diversidade, e no uso das potencialidades autóctones em recursos naturais e humanos, obedecendo a valorização seletiva das diferenças;

3. descentralização da decisão e forma inovadora de planejamento e governo. A gestão do território entendida como um processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento através da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se, assim, o poder local como base do desenvolvimento;

4. grande esforço de inovação e criatividade.

No caso particular do ambiente urbano sugerem-se como princípios gerais de ação:

1. o planejamento da diferença, e das condições únicas de cada núcleo e seu entorno, implicando a otimização dos recursos naturais e culturais, particularmente, mas não exclusivamente os autóctones;

2. o fortalecimento do processo democrático de gestão, implicando a negociação entre todos os segmentos sociais ¾ inclusive os excluídos;

3. a articulação do município com as demais esferas de poder governamental.

Por último pode-se dizer que o Brasil é o país dos contrastes, pois se por um lado apresenta a maior floresta pluvial do planeta ¾ a Amazônia ¾, com imensa variedade de espécies e delicado equilíbrio ecológico, servindo portanto de desafio à sociedade brasileira e à ciência mundial;

ocupa a posição entre as dez economias industriais do mundo; além de expressar um índice de urbanização bastante significativo, da ordem de 75,5%; por outro lado, é um país rico de pobres.

Diante do exposto, a definição de uma questão ambiental no País não pode ser dissociada de tais desigualdades, decorrentes da via brasileira de ingresso na modernidade. No caso específico da Amazônia, as transformações desencadeadas a partir dos anos 60 são decorrentes da atuação do Governo Federal que assumiu diretamente a iniciativa da modernização, implantando a "malha programada" em tempo rápido e em escala gigantesca e que transformou a Região numa grande fronteira nacional.

A Amazônia, embora represente a metade da área do País, contribui somente com 11,2% da população brasileira; entretanto, apresenta problemas sérios no que diz respeito a deterioração da qualidade de vida dos seus núcleos urbanos. Em suma, o projeto geopolítico desencadeado pelo Governo Militar a partir dos anos 60 como estratégia de proteção da Região em seu processo geopolítico internacional, com vistas à incorporação desta fronteira de recursos à realidade brasileira, acentuou uma série de desigualdades, tendo em vista que este mesmo projeto não dispunha de uma política eficaz para os assentamentos dos migrantes que chegavam à Região. Neste contexto, os conflitos pela posse de terra entre colonos, posseiros, seringueiros, latifundiários, entre outros, ecoaram por todo o planeta, tendo como ápice o assassinato de Chico Mendes em 1988. Assim sendo, os destituídos da posse pelas terras rurais procuram cada vez mais os núcleos urbanos, que não estão aparelhados para receber esses contingentes populacionais, acarretando, portanto, problemas como o do saneamento básico, exemplificado nesta pesquisa.

Na verdade, os problemas ambientais da Região, atrelados à questão ecológica, conferem uma posição de área crítica no contexto geopolítico mundial, pois permanece a dificuldade em definir e negociar um novo padrão de desenvolvimento regional para a Amazônia que considere não apenas a dimensão ecológica, mas também o problema social da grande fronteira, onde os conflitos e injustiças sociais são extremamente violentos.

REFERÊNCIAS

BALASSIANO, Helena Maria Mesquita. As favelas e o comprometimento ambiental. In: Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 41-8.

BECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990. 112p. (Série Princípios).

_____.Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da Geografia Política. In: Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992. p. 127-52. V.1.

_____. A Amazônia pós Eco-92: Por um desenvolvimento regional responsável. In: Para pensar o desenvolvimento sustentável. M. Bursztyn, (Org.) São Paulo: Brasiliense/ENAP, 1993. p. 129-43.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Abastecimento de Água. Manual de Instruções. Diretoria de Pesquisas - DPE. Rio de Janeiro, 1989. 35p.

BRASIL. IBGE. Metodologia para zoneamento ecológico - econômico na Região Amazônica: contribuição para debate. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro, 1993. 23p.

CAMPOS Filho, Cândido Malta. Cidades brasileiras. Seu controle ou caos - O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.143p.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. & O'NEILL, M. M. V. C. A distribuição espacial de serviços de infra-estrutura social no Brasil: o abastecimento de água e coleta de lixo. In: Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p.85-113.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Editora da F.G.V., 1988. 430p.

CYNAMON, Szachna Eliasz et alii. Saneamento e saúde ambiental no Brasil. In:Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e Conseqüências sobre as Condições de Vida. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ ABRASCO, 1992. p.153-70 v. II.

DAVIDOVICH, Fany. A propósito da Eco-Urb's 92: a temática urbana na questão ambiental. In: Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 13-23.

EGLER, Claudio A. La aplicacion del concepto de sustentabilidade en la planificacion. Quito. XXII Curso Internacional de Geografia Aplicada, 1994. 20p (mimeo).

FIGUEIREDO, Adma Haman de. As formas de intervenção pública na apropriação e uso do espaço amazônico. In: Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 137-49.

_____. Desenvolvimento regional e exclusão social. In: Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 31p. (Mimeo).

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291p.

MACHADO, Lia Osório. A Geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia. In: Anais - III Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: A.G.B., 1993. p. 83-8

MARTINE, George & TURCHI, Lenita. A questão da urbanização da Amazônia: realidade e significado. In: C. e T. no processo de Desenvolvimento da Região Amazônica. 2ª ed. São Paulo, 1989. p. 25-55. V.II. Estudos para o Planejamento em Ciência e Tecnologia -3

NUESTRA PROPRIA AGENDA. Comision de Desarrollo y Medio Ambiente de America Latina y el Caribe. BID/PNUD, 1989. 102p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & LAGO, Luciana Corrêa do. Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferização em questão. In: Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma análise interdisciplinar. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992. p. 153-79. V. 1.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. (1992). Considerações sobre a organização industrial da Amazônia. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. N. 54(3): 27-46, jul/set.

_____. Amazônia: a dimensão do urbano e a qualidade ambiental. Rio de Janeiro: IBGE/DEGEO, 1994. 79p. (Mimeo).

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. M. Burstyn, (org.). Brasília: Brasiliense/ENAP, 1992. p 29-56.

SARDENBERG, Ronald Mota. Ordenação territorial e desenvolvimento sustentável. Folha de São Paulo: Tendências/Debates. São Paulo, 24/04/1995.

SCHMIDT, Benício V. & FARRET, Ricardo L. A questão urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 95p.

Texto entregue em agosto de 2003 e aceito em outubro de 2003